

MESTRADO

ÁREA: DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO: DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO – 2.SEM.19

PROFESSOR: DR. GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO

(PLANO PRELIMINAR. ALTERAÇÕES EM ANDAMENTO)

EMENTA: O presente curso explora a construção e normas do Direito Internacional Econômico, com foco no comércio internacional e na Organização Mundial do Comércio (OMC). Perpassa-se, inicialmente, a gênese da OMC, os princípios não-discriminatórios e seu sistema de solução de controvérsias. Em seguida, são estudados seus principais acordos e a jurisprudência correlata envolvendo bens, serviços, agricultura, entre outros. Permeia-se a disciplina com questões contemporâneas envolvendo o renascimento de guerras comerciais, o recrudescimento de medidas protecionistas e a relação entre comércio internacional e mudanças climáticas. Busca-se, durante o curso, relacionar cada um dos temas às relações econômicas internacionais brasileiras, bem como propor um olhar crítico em cada encontro.

I. INTRODUÇÃO

ENCONTRO 01 - Introdução ao DIE e Desenvolvimentos Recentes

Vários artigos curtos em PDF.

ENCONTRO 02 - Do GATT à OMC

BHAGWATI, Jagdish. Por que o livre comércio é importante. Valor Econômico, 4 Jul. 2011. 3p.

RODRIK, Dani. Trading in illusions. Foreign Policy Magazine. Washington, Carnegie Endowment for International Peace, Abril/Maio 2001, p 54-62.

BARRAL, Welber. De Bretton Woods a Doha. In: BARRAL, Welber (org.). O Brasil e a OMC. 2ed. Curitiba: Juruá, 2002, p. 9-26.

JACKSON, John Howard. The world trading system: law and policy of international economic relations. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1997, p. 31-58; 73-78.

Complementar:

STIGLITZ, Joseph. Globalization and its discontents. Penguin, 2002, p. 59-67; 244-252.

ENCONTRO 03 - Princípios e regras básicas de não discriminação. Tratamento Especial e Diferenciado (?).

WTO E-LEARNING. Introduction to WTO Basic Principles and Rules, p. 1-32.
GUIMARAES, Feliciano de Sá. O fim do tratamento diferenciado e a adoção da regra de reciprocidade para países em desenvolvimento na Rodada Uruguai da OMC. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2006, n.27, pp. 77-105. ISSN 0104-4478 (disponível em <http://www.scielo.org/php/index.php>)

Complementar:

JACKSON, John H. The world trading system: law and policy of international economic relations. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1997. p. 157-169; 213-224.

VAN DEN BOSSCHE, Peter Van. The Law and Policy of the World Trade Organization: Text, Cases and Materials. CUP, 2005, p. 692-700.

NASSER, Rabih Ali. A OMC e os Países em Desenvolvimento. São Paulo: Aduaneiras, 2003, p. 235-254.

ENCONTRO 04 – Controvérsias na OMC

BARRAL, Welber. Solução de controvérsias na OMC. In: KLOR et al. Solução de Controvérsias: OMC, União Européia e Mercosul. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004, p. 11-68.

JACKSON, J. The WTO Dispute Settlement Understanding: misunderstandings on the nature of legal obligation in JACKSON, John H. The Jurisprudence of GATT and the WTO: insights on treaty law and economic relations. Cambridge: University Press, 2002. p. 162-167.

NASSER, Rabih Ali. A OMC e os Países em Desenvolvimento. São Paulo: Aduaneiras, 2003, p. 235-254.

GUIMARAES, Feliciano de Sá. O fim do tratamento diferenciado e a adoção da regra de reciprocidade para países em desenvolvimento na Rodada Uruguai da OMC. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2006, n.27, pp. 77-105. ISSN 0104-4478 (disponível em <http://www.scielo.org/php/index.php>)

Complementar:

CHARNOVITZ, Steve. Should the teeth be pulled? An analysis of WTO sanctions. In: KENNEDY, D. and SOUTHWICK, J. (eds). The political economy of international trade law. Cambridge: CUP, 2002, p. 602-635.

JACKSON, John H. The world trading system: law and policy of international economic relations. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1997. p. 157-169; 213-224.

VAN DEN BOSSCHE, Peter Van. The Law and Policy of the World Trade Organization: Text, Cases and Materials. CUP, 2005, p. 692-700.

ENCONTRO 05 – Multilateralismo, Regionalismo, PTA

CELLI JUNIOR, Umberto. Teoria Geral da Integração: em Busca de um Modelo Alternativo. In: MERCADANTE, Araminta de Azevedo et. Al. Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia. Curitiba: Juruá, 2006, p. 19-37.

PRAZERES, Tatiana. Sistema Multilateral de Comércio e Processos de Integração Regional. 2007. 342 f. Tese (Doutorado): UnB, 2007, p. 167-195. (na forma de Livro: PRAZERES, Tatiana. A OMC e os Blocos Regionais. São Paulo: Aduaneiras, 2008, p. 259-301).

Complementar:

JACKSON, John; DAVEY, William; SYKES, Alan. Legal Problems of International Economic Relations: Cases, Materials, and Text. 4 ed. West Group, 2002. P. 387-402.

ENCONTRO 06 – Panorama sobre Defesa Comercial: AD, Salvaguardas e medidas compensatórias

BARRAL, W. Dumping e comércio internacional: a regulamentação anti-dumping após a rodada Uruguai. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 7-17; 34-42; 88-97; 177-225.

REIS, Felipe Nagel. Subsídios na OMC. Curitiba: Juruá, 2008, p. 51-95.

BROGINI, Gilvan Damiani. OMC e Indústria Nacional. São Paulo: Aduaneiras, 2004, p. 151-211.

Complementar:

OMC. United States – Anti-Dumping Administrative Reviews And Other Measures Related To Imports Of Certain Orange Juice From Brazil. WT/DS382/R. 25 Mar. 2011.

JACKSON, John Howard. The world trading system: law and policy of international economic relations. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1997, p. 279-304.

II. TEMAS DE ACESSO A MERCADO

ENCONTRO 07 - Acordos Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS)

MARTINELLI JR. O quadro regulatório dos mercados internacionais de alimentos: uma análise de seus principais componentes e determinantes, 2013.

RUIZ-FABRI, Hélène. A adoção do princípio da precaução pela OMC. In: VARELLA, M. e PLATIAU. A. Princípio da precaução. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 297-316

Complementar:

MARCEAU, Gabrielle Marceau & TRACHTMAN, Joel P., The Technical Barriers to Trade Agreement, the Sanitary and Phytosanitary Measures Agreement, and the General Agreement on Tariffs and Trade: Map of the World Trade Organization Law of Domestic Regulation of Goods. Journal of World Trade, v. 36, 2002, p. 811-881.

ENCONTRO 08 – Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT)

PRAZERES, Tatiana. Comércio Internacional e Protecionismo: as Barreiras Técnicas na OMC. São Paulo: Aduaneiras, 2003, p. 141-218.

RIBEIRO; SILVEIRA. Truth be Told: Acompanhem o TBT. No prelo. 2014.

Complementar:

VAN DEN BOSSCHE, Peter et al. WTO Rules on Technical Barriers to Trade. Maastricht Faculty of Law Working Paper No. 2005-6, 2005, p. 4-26.

ENCONTRO 09 – Padrões privados e comércio internacional

AMARAL, Padrões Privados e a Atuação ou Omissão do Estado: Protecionismo Público-Privado?, 2015.

MAVROIDIS, Private Standards and the WTO: Reclusive No More, 2016.

III. COMÉRCIO INTERNACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

ENCONTRO 10 – Acordo sobre Agricultura e Subsídios

LUPI, André Lipp Pinto Basto; CARVALHO, Leonardo Arquimino de. Agricultura. In: BARRAL, Welber (org.). O Brasil e a OMC. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2002, p. 89-113.

CEDRO, Rafael Rosa. Desenvolvimento Rural e a OMC: a Experiencia do Brasil. Curitiba: Juruá, 2011, 102-151.

Complementar:

Complementar:

ESTA, Melaku Geboye. The Law of International Trade in Agricultural Products, Kluwer Law International, The Hague, 2002, p. 5-9; 62-66; 99-103; 427-442.

STEINBERG, Richard & JOSLING, Timothy. When the Peace Ends: The Vulnerability of EC and US Agricultural Subsidies to WTO Legal Challenge. Journal of International Economic Law, v. 6, n. 2, 2003, p. 369-385.

ENCONTRO 11 – Acordo sobre Serviços (GATS)

CELLI JUNIOR, Umberto. Acesso a mercados em serviços. I: CELLI JUNIOR, Umberto & SAYEG, Fernanda M. (Orgs.). Comércio de Serviços, OMC e Desenvolvimento. São Paulo: IDCID, 2008, p. 1-18.

RIBEIRO, G. F. Afinal o que a educação superior tem a ver com a Organização Mundial do Comércio. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 49, n. 2, 2006, p. 137-156.

RIBEIRO, G. F. A serviço do desenvolvimento: as negociações sobre o comércio de serviços na OMC. Pontes, v. 3 n. 5, Out. 2007. ISSN 1813-4378. Disponível em: <http://www.ictsd.org/monthly/pontes.htm>. 2p.

Complementar:

- KRAJEWSKI, Markus. Public Services and trade liberalization: mapping the legal framework. *Journal of International Economic Law*. v. 6, n. 2, Jun. 2003, p. 341-367.
- ADLUNG, Rudolf. Public Services and the GATS, *Journal of International Economic Law*, v. 9, n. 2, 2006, p. 455-485.

ENCONTRO 12 – Acordo sobre Propriedade Intelectual (TRIPS)

PIMENTEL, Luiz Otávio. Propriedade Intelectual. In: BARRAL, Welber (org.). *O Brasil e a OMC*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2002. p. 47-64.

CUNHA NETO, Loris Baena. A relação entre o direito internacional e o direito da organização mundial do comércio: o acordo TRIPS entre os sistemas jurídicos internacionais. 2004. 241 f. Dissertação (Mestrado): Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004, p. 126-154.

Complementar:

CUNHA NETO, Loris Baena. Id., 2004, p. 188-206.

OMC. Doha Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health. 2001.

OMC. Protocol Amending the TRIPS Agreement. WT/L/641, 8. Dez. 2005. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/wtl641_e.htm

OMC. Amendment Of The Trips Agreement – Second Extension Of The Period For The Acceptance By Members Of The Protocol Amending The Trips Agreement. WT/L/785, 21. Dez. 2009.

IV. TEMAS DE FRONTEIRA

ENCONTRO 13 – Comércio internacional e meio ambiente

PIFFER, Comércio Internacional e meio-ambiente. 2011.

ELIASON, USING THE WTO TO FACILITATE THE PARIS AGREEMENT, 2018

WTO. Background Note Trade And Environment In The WTO. 2010. Disponível em: http://www.wto.org/english/news_e/news09_e/climate_21dec09_e.pdf, 4p.

Complementar:

GREEN, Andrew. Climate Change, Regulatory Policy and the WTO: How Constraining are Trade Rules? *Journal of International Economic Law*, v.8, n. 1, 2005.

ENCONTRO 14 – Comércio e segurança nacional. Guerras Comerciais e Unilateralismo.

Textos serão indicados.

V. FECHAMENTO E ARTIGOS

ENCONTRO 15 - Fechamento

Fechamento. Discussão de artigos. Possibilidades de publicação.

VI. METODOLOGIA E SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

O curso compreende 15 encontros presenciais, com aulas e seminários. A partir do sétimo encontro, um mestrando faz a exposição do tema (seminário) com duração aproximada de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, seguido de discussões sobre o tema pelo grupo e exercícios dirigidos pelo professor. Todos os alunos devem ter lido os textos obrigatórios que compreendem cerca de 50-100 páginas de leitura por semana. Pressupõe-se leitura em língua inglesa para bom aproveitamento do curso.

A entrega dos fichamentos, o envio de qualquer material e a comunicação com o professor serão feitos pela plataforma do google classroom ao qual todos devem ter acesso.

O aluno que apresenta o seminário da semana deve identificar os principais pontos de debate, assim como relacionar o tema à realidade brasileira. A cada aula, todos devem apresentar a ficha de leitura do texto obrigatório. A sistemática das fichas será explicada em detalhes na primeira aula programada. Ao final do semestre, será estabelecido um prazo para que cada aluno entregue um artigo científico (entre 6 a 8 mil palavras).

Ocasionalmente, em turmas de número reduzido de mestrandos, o professor reserva o direito de alterar a metodologia e a sistemática de avaliação para melhor condução do curso. A menção final do aluno será calculada da seguinte forma:

Perc.	Item	Critérios
50%	Participação geral do aluno	Quantidade de presença, qualidade da participação em aula, dos fichamentos e do seminário apresentado.
50%	Artigo final	A ser explicado no final do curso

VII. BIBLIOGRAFIA

Básica:

BARRAL, Welber (org.). O Brasil e a OMC. 2ed. Curitiba: Juruá, 2002.

JACKSON, John Howard. The world trading system: law and policy of international economic relations. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1997.

VAN DEN BOSSCHE, Peter Van. The Law and Policy of the World Trade Organization: Text, Cases and Materials. CUP, 2005.

Complementar:

Bemudez, J. A. Z., R. Epsztejn, et al. The WTO TRIPS agreement and patent protection in Brazil : recent changes and implications for local production and access to medicines. Rio de Janeiro, Boyle, A., D. Freestone, Eds. International law and sustainable development. Past achievements and future challenges. Oxford, New York, New Delhi, Oxford University, 1999, 377p.

Freestone, D., E. Hey, Eds. The precautionary principle and international law. The challenge of

implementation. International Environmental Law and Policy Series. The Hague, London, Boston, Kluwer Law International, 1996, 274p.

Schwarzenberger, G. International law: as applied by international courts and tribunals. London, Stevens & Sons Limited, 1957, 808p.

Zarrilli, S. WTO sanitary and phytosanitary agreement : issues for developing countries. Trade-related agendas, development and equity. Genève, South Centre, 1999, 27p.

Artigos:

- Baalakrishna, P. "The need for a "TRIPS PLUS" regime" Biotechnology and Development Monitor, 1998, 36, p.8
- Buckingham, D. E., Phillips, W. B. "Hot potato, hot potato: regulating products of biotechnology by the international community" Journal of World Trade, 2001, 35(1), p.1-31.
- Chang, S. W. "GATTing a green trade barrier - ecolabelling and WTO agreement on technical barriers to trade" Journal of World Trade, 1997, 31(1), p.137-159.
- Charney, J. I. "International law threatened by multiple international tribunals?" Recueil des cours. Académie de Droit International, 1999, 271, p.101-382.
- Fidler, Calibrating the Wealth and Health of Nations: Trade, Health, and Foreign Policy After the WTO's First Decade, 1 ASIAN J. OF THE WTO AND INT'L HEALTH L. AND POLICY 53 (2006).
- Feuer, G. "L'Uruguay Round, les pays en développement et le droit international du développement" Annuaire Français de Droit International, 1994, XL, p.758-775.
- Flory, M. "Mondialisation et droit international du développement" Revue Générale de Droit International Public, 1997, 101(3), p.609-633.
- Flory, T. "Droit économique et coopération internationale. Chronique de droit international économique. Commerce" Annuaire Français du Droit International, 1979, XXV, p. 580-602.
- Footer, M. E. "Developing country practice in the matter of WTO dispute settlement" Journal of World Trade, 2001, 35(1), p.55-98.
- Henkin, International Law: Politics, Values and Functions, in IV COLLECTED COURSES OF HAGUE ACADEMY OF INTERNATIONAL LAW (Hague Academy ed., 1989).
- Hernández-Lopez, E. "Recent trends and perspectives for non-state actor participation in World Trade Organization disputes" Journal of World Trade, 2001, 35(3), p.469-498.
- Howse, R. "The turtles panel. Another environmental disaster in Geneva" Journal of World Trade, 1998, 38(5), p.73-100
- Hudec, R. E. The relationship of international environmental law to international economic law. In F. L. Morrison and R. Wolfrum. International, regional and national environmental law. The Hague, London, Boston, Kluwer Law International, 2000, p.133-166
- Joseph, S. "Taming the Leviathans : Multinationals enterprises and human rights" Netherlands International Law Review, 1999, XLVI(2), p.171-203
- Marceau, A Call for Coherence in International Law: Praises for the Prohibition against 'Clinical Isolation' in WTO Dispute Settlement, 33(5) J.W.T. 87
- Palmeter, D., P. C. Mavroidis. "The WTO legal system : sources of law" American Journal of International Law, 1998, 92(3), p.398-413
- PAUWELYN, CONFLICT OF NORMS IN PUBLIC INTERNATIONAL LAW: HOW WTO LAW RELATES TO OTHER RULES OF INTERNATIONAL LAW (Cambridge, 2003a)
- Pauwelyn, The Role of Public International Law in the WTO: How Far Can We Go?, 95 AM. J. INT'L. L. 535 (2001).
- Petersmann, Human Rights, Markets and Economic Welfare: Constitutional Functions of the Emerging UN Human Rights Constitution, in INTERNATIONAL TRADE AND HUMAN RIGHTS: FOUNDATIONS AND CONCEPTUAL ISSUES 29 (Frederick M. Abbott et al., University of Michigan Press, 2005).

- Petersmann, Time for a United Nations 'Global Compact' for Integrating Human Rights into the Law of Worldwide Organizations: Lessons from European Integration, 13(3) EUR. J. INT'L L 621 (2002).
- Phillips, P. W. B., W. A. Kerr. " Alternative paradigms. The WTO versus biosafety protocol for trade in genetically modified organisms " Journal of World Trade, 2000, 34(4), p.63-75
- Schefer, Chilling The Protection Of Human Rights: What The Kimberley Process Waiver Can Tell Us About The WTO's Effect On International Law 1, 22-23 (NCCR Trade Regulation Working Paper No. 2007/03, Jan. 01, 2007), [Http://Ssrn.Com/Abstract=1094619](http://ssrn.com/abstract=1094619)
- Shelton, D. Introduction : Law, non-law and the problem of 'soft law'. In D. Shelton. Commitment and compliance. The role of non-binding norms in the international legal system. Oxford, Oxford University, 2000, p.1-20
- Shin, Y. " An analysis of the WTO agreement on the application of sanitary and phytosanitary measures and its implementation in Korea " Journal of World Trade, 1998, 32(1), p.85-119
- Slaughter, A.-M. International law and international relations. In A. d. D. International. Recueil des cours. La Haye, Martinus Nijhoff. 285, 2000, p.9-250.
- Slaughter & David T. Zaring, Extraterritoriality in a Globalized World 2 (1998), available at SSRN <http://ssrn.com/abstract=39380>.
